

## A CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO TERRITÓRIO

**Renata Maria de Almeida Sampaio**

Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe – UFS

[renatasampaioufs@yahoo.com.br](mailto:renatasampaioufs@yahoo.com.br)

**Rosemeri Melo e Souza**

Profa. Dra. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe – UFS

[rome@ufs.br](mailto:rome@ufs.br)

### Resumo

Um dos principais desafios das políticas públicas diz respeito à necessidade de fazer com que as atividades produtivas contribuam efetivamente para o aperfeiçoamento das condições de vida da população e protejam o patrimônio biogenético a ser transmitido às gerações futuras. Por conseguinte, tais discussões foram analisadas mediante recurso de indicadores socioambientais visando analisar a concepção de sustentabilidade e desenvolvimento a partir dos conceitos de território. A análise proposta realizou-se de acordo com investigações que apontaram os principais aspectos da abordagem do conceito de território, às proposições que fundamentam a análise dos temas sustentabilidade e desenvolvimento. As proposições explanadas ao longo do texto evidenciaram o debate acerca dos conceitos de sustentabilidade implicados na concepção de desenvolvimento, em uma análise que partiu do entendimento sobre território. Essa confluência de conjecturas demonstrou a importância de tal observação do território, em que se constata a necessidade eminente de revisão das políticas adotadas no processo de conservação dos ambientes naturais. Destarte, em Sergipe, a implementação de territórios de conservação fornecerá a proteção necessária a estes espaços, mediante a legislação vigente. Seu território é campo de múltiplos conflitos que ocorrem pelos interesses dos atores sociais envolvidos no uso do território. O turismo não planejado, observado no litoral sul do estado de Sergipe, pode intensificar os conflitos pelo controle e uso do território e, dessa maneira, as comunidades tradicionais residentes nessas áreas são colocadas à margem desse processo.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Desenvolvimento. Políticas Territoriais.

### THE SUSTAINABILITY CONCEPTION AND DEVELOPMENT STARTING FROM TERRITORY

#### Abstract

A key challenge for public policy is the need to make productive activities effectively contribute to the improvement of living conditions of the population and protect the biogenetic heritage to be passed on to future generations. Therefore, such discussions were analyzed by socio-environmental indicators feature aimed at analyzing the concept of sustainability and development from the territory of concepts. The proposed analysis was carried out according to research that showed the main aspects of the territory of concept approach to the propositions that underlie the analysis of sustainability issues and development. Propositions be detailed throughout the text highlighted the debate about sustainability concepts involved in the conception of development, in an analysis that came from the understanding of the territory. This confluence of conjecture demonstrated the importance of such an observation of the territory, which states the imminent need to review the policies adopted in the conservation of natural environments process. Thus, in Sergipe, the implementation of conservation areas provide the necessary protection to these spaces, by law. Its

territory is the field of multiple conflicts that occur in the interests of social actors involved in the use of the territory. The unplanned tourism, observed on the southern coast of the state of Sergipe, intensify conflicts over control and use of land and, thus, the traditional communities living in these areas are placed on the sidelines of this process

**Keywords:** Sustainability, Development, Territorial Policies.

## 1 Introdução

A dimensão socioeconômica e ambiental de um lugar, assim como as características presentes em seu espaço, é objeto de debate de várias áreas do conhecimento científico face à importância que tal discussão ganhou para a compreensão das vicissitudes das sociedades atuais. Desse modo, o território pode ser compreendido como reflexo dos diferentes interesses econômicos e políticos, que num jogo de relações de poder, permeiam o produzir do espaço.

Destarte, a gestão insustentável dos ecossistemas vem representando custos tanto para o ambiente natural quanto para a sociedade e às vezes uma mudança muito pequena na forma de utilização do recurso natural pode rapidamente resultar na reversão da tendência da degradação.

O caso brasileiro é exemplo marcante de tantas outras nações em que a governança institucional não considera os benefícios presentes e futuros, para a sociedade como um todo, da incorporação das três dimensões – econômica, social e ambiental – na gestão e no planejamento em longo prazo.

Na atualidade, a gestão cuidadosa das políticas públicas encontra o desafio de fornecer o bem-estar social a partir da eficácia das atividades produtivas, em que a preocupação com a transmissão do patrimônio biogenético, que será herança para as gerações que virão, seja uma realidade.

Desse modo, as proposições explanadas no corpo do presente texto elucidam a respeito da concepção de sustentabilidade e desenvolvimento à luz da abordagem do tema território, especialmente, no que concerne à contribuição da conjectura proposta para as discussões apresentadas no estudo referido. Sendo assim, o tema indicado será abordado de forma contextualizada, versando sobre questões relevantes acerca dos conceitos em evidência, em consonância com uma abordagem conjuntural.

As discussões que seguem percorrem desde os principais aspectos da abordagem do conceito de território, às proposições que fundamentam a análise dos temas sustentabilidade e desenvolvimento. Sobremodo, outros temas relacionados são analisados e discutidos junto às questões norteadoras.

## 2 Sociedades (In)Sustentáveis e Desenvolvimento: Contexto Histórico

A década de 1970 no Brasil foi marcada pela velocidade dos projetos de desenvolvimento do governo militar, resultando em crise econômica e em desastres ambientais. As questões levantadas na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, não foram bem absorvidas pelos militares brasileiros e seus simpatizantes, acreditando-se que tais discussões serviriam de obstáculo ao crescimento econômico brasileiro.

[...] especulava-se que uma das vantagens comparativas do Brasil consistia precisamente em sua capacidade ainda integral de absorver a poluição industrial. “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”, exultava José Sarney, um senador do Nordeste que se tornaria presidente uma década depois (DEAN, 1996, p.307).

Conforme afirma Dean (1996), “o mais prejudicial de todos os programas de desenvolvimento talvez tenha sido o dos projetos hidrelétricos. A partir do início do século XX, milhares de quilômetros quadrados de floresta [...] haviam sido eliminadas”. Os esforços empregados pelas companhias de eletricidade para rebater as críticas públicas se tornavam cada vez mais ineficazes diante dos graves problemas sociais e políticos surgidos com tais investimentos.

Desse modo, em 1973, foi criada uma Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), encarregada de monitorar e controlar a poluição, como fachada para diminuir as críticas estrangeiras diante do desprezo com que as preocupações ambientalistas internacionais eram recebidas pelo governo militar. Alguns ambientalistas militantes empregaram o nacionalismo econômico a fim de apelar para a auto-estima dos militares. As áreas de proteção expandiram-se de forma modesta; uma reação branda ante a destruição da Mata Atlântica durante a década de 1970.

As políticas econômicas do governo, nesse período, provocavam a concentração de renda, enquanto isso, a definição de desenvolvimento tinha de ser continuamente revista e colocada num patamar superior. Nos anos 80, a retirada dos militares colocou em questão o modelo de desenvolvimento econômico adotado, instigando assim o debate sobre as consequências ambientais diante das ações do governo. Já no começo da década de 1990, a realidade da situação da Mata Atlântica já se apresentava de forma preocupante e delicada, indicando a importância que o tema veio a adquirir no presente século.

Diante das vicissitudes da atualidade, devemos compreender a dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa com as novas contradições que se estabelecem no espaço e com as novas tecnologias modificando as formas de interação entre o local e o global, afetando fortemente o cotidiano das pessoas.

Durante esse novo tempo, surgem novas necessidades, em que a (in)finitude dos recursos naturais e a problemática ambiental obrigam a reavaliar as relações do ser humano, do meio e do envolvimento da população, através de sua prática social. Nesse sentido, Melo e Souza reforça que,

Na tentativa de superação da doutrina cartesiana, surge no campo das ideologias ambientalistas a apreensão dos fenômenos da natureza, entendidos como imersos na totalidade complexa e originária. A tendência de ver a natureza ligada à idéia de todo, multifacetada, tem contribuído para a adoção da sustentabilidade. Essa vertente considerada emancipatória defende a busca por formas compatíveis com o equilíbrio sociedade-natureza [...] (MELO e SOUZA, 2009, p.31).

As decisões econômicas, segundo Lago (1984), deveriam ser direcionadas para atender às necessidades básicas da população, de forma a tornar cada localidade o mais auto-suficiente possível. Os ecologistas não pensam, obviamente, que se devem eliminar as trocas econômicas entre regiões e nações, mas sim que essas não devem ter prioridade sobre as

exigências locais. Outrossim, deve-se pensar na proteção dos ecossistemas naturais, com a criação amplificada de reservas e parques naturais.

De acordo com as proposições tecidas por Diegues (2001, p.42), faz-se imperativo, hoje, discutir sobre “a necessidade de se pensar vários tipos de sociedades sustentáveis, ancoradas em modos particulares, históricos e culturais de relações com os vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si”.

Nesse sentido, torna-se relevante debater o conceito de progresso, para que se possam entender os modelos clássicos de desenvolvimento. Assim, segundo Diegues (2001), ao conhecimento científico compreende-se o caráter de domínio da natureza, para usufruto do homem.

Os atuais enfoques sobre o desenvolvimento são apresentados por Diegues (2008) em referência à abordagem de Sunkel e Paz (1970):

Desenvolvimento como crescimento, em que o desenvolvimento se equipara a níveis de produção e consumo material medidos por indicadores como produto nacional bruto, renda *per capita*; Desenvolvimento como etapas, em que o desenvolvimento é constituído por uma série sucessiva de etapas históricas que os países não desenvolvidos devem atravessar; e o Desenvolvimento como processos de mudanças estruturais, em que o desenvolvimento implica mudanças sociais e políticas estruturais (DIEGUES, 2008, p. 82).

O crescimento econômico esteve e está ocorrendo em consonância a uma estratégia de dominação ideológica, econômica e política, baseada nas diretrizes de uma já consolidada economia de mercado. Desde a segunda metade do século passado, relevantes discussões já analisavam a degradação ambiental como sendo intimamente ligada ao crescimento do capitalismo, e não a fatores naturais, aumentando assim a preocupação com as relações homem-natureza nas sociedades chamadas "modernas".

A respeito dos estilos alternativos de desenvolvimento, o “ecodesenvolvimento” é um exemplo apresentado, em que o crescimento econômico não se sobrepõe à qualidade do ambiente natural.

Os processos de desenvolvimento podem ser compreendidos através da análise dos condicionantes que determinam a sua organização, sendo que tanto nos sistemas ecológicos quanto nos sistemas sociais, estes processos são sistemas que se mantêm longe do equilíbrio termodinâmico, ressalta Silva Neto (2006).

Sobre os comportamentos dos sistemas naturais, deve-se ressaltar que tais sistemas foram submetidos a muitos impactos antes mesmo do aparecimento do homem. Foram enchentes, secas, mudanças geológicas. Os que conseguiram se adaptar às mudanças prevaleceram. Mas também, observa-se que estes não são infinitamente resilientes e a dificuldade está justamente em estabelecer as fronteiras dos sistemas e os limites dos fatores de transformação.

Segundo é apontado por Almeida (2007), o conceito de sustentabilidade parte da premissa de que há uma resiliência nos ecossistemas e, portanto, uma capacidade de uso. Para que o uso dos serviços ambientais seja sustentável, deve estar dentro de uma zona de conforto.

No que diz respeito a ética da sustentabilidade e as políticas de desenvolvimento, Viana (2008) elucida que

As novas bases da convivência que conferem governabilidade ao sistema político requerem, portanto, um novo paradigma do desenvolvimento, apto a inserir o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, considerar o

crescimento um meio, e não um fim, proteger a oportunidade de vida das gerações atuais e futuras e, por conseguinte, respeitar a integridade dos ecossistemas naturais que permitem a existência de vida no planeta (VIANA, 2008, p.48).

Neste ínterim, ao discorrer a respeito da (in)sustentabilidade das sociedades atuais, vale ponderar que é insensato tentar desvincular os problemas do meio ambiente dos problemas do desenvolvimento. A compreensão adequada dessa “crise” pressupõe, portanto, que esta diz respeito ao esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto e culturalmente alienado.

Ecologicamente, caracteriza-se a incorporação da natureza à cultura, bem como a quebra das relações de subsistência local, significando não apenas a acumulação de bens para fins não relacionados à sobrevivência biológica, mas também a possibilidade de alcançá-la por meio da incorporação de ambientes cada vez mais afastados da comunidade local. Conforme indica Sachs,

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Daí a necessidade de se adotar padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade (SACHS, 2008, p.51).

De acordo com o autor supracitado, o fator determinante da qualidade de vida de uma população, e, por conseguinte, de sua sustentabilidade, não é unicamente seu entorno natural, e sim a rede de relações entre componentes que configuram um determinado modelo de ocupação do território.

Considerando as proposições apresentadas acerca do tema abordado, a conceituação de "sociedades sustentáveis" ainda está em processo de construção, exigindo a elaboração de novos paradigmas e acenando para a necessidade de se pensar em novos padrões de desenvolvimento. Sobretudo, desenvolvimento econômico e sustentabilidade são temas interdependentes e dependem de um planejamento e gestão ambiental que contemplem as demandas atuais.

### **3 Território e Sistemas Socioambientais Sustentáveis**

Faz-se mister destacar que, apesar de o conceito de território não ser novo, pois é utilizado por diversas disciplinas, especialmente a geografia, o conceito de sustentabilidade é recente nas discussões do campo científico.

A base do conceito contemporâneo de território se assenta nas proposições de Allières, que defende que o território “é o ter do Estado”. Em contraponto a essa conjectura, Raffestin (1993), concebe o território como “uma reordenação do espaço, no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem, enquanto pertence a uma cultura”. Entretanto, Haesbaert (2004) defende uma visão integradora, evidenciando que é fundamental para o estudo do território, a utilização do político, do simbólico e do econômico.

A modificação no impacto destrutivo da atual sociedade sobre o meio ambiente não será alcançada em curto prazo, mas de maneira profunda e duradoura, a partir de um amplo processo de descentralização econômica e do espaço social. A cidade registra o tempo,

registrando os interesses dos homens. O processo de produção do espaço é complexo, da mesma forma que é complexa a análise e a ação dos agentes que o produzem.

Neste sentido, os territórios são conceituados, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), como,

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT/MDA, 2005).

Dentre os estudos já realizados sobre a singularidade no uso e atributo do termo território, Santos (2001) ressalta que “o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado”.

A maneira como a SDT/MDA (2005) tem trabalhado a abordagem territorial demonstra uma “visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas”.

A sustentabilidade da pequena propriedade e em especial aquelas de agricultura familiar se estabelece na contemporaneidade do rural dentro de novas demandas, tais como o próprio fortalecimento do rural como um valor para as sociedades contemporâneas, especialmente para aquelas que se assentam em territórios rurais (MOREIRA, 2007, p. 97).

Dessa forma, a análise da dimensão socioeconômica do território aponta para a necessidade de constituição de alternativas para a geração de trabalho e renda a partir da atividade solidária e auto-gestionária em condições adversas para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, ressaltando-se a relação entre o poder associativo e coletivo do trabalho e a dimensão territorial e regional.

A análise do espaço acontecerá a partir do convívio coletivo dos atores sociais envolvidos, ou seja, da reconstrução da territorialidade desses sujeitos sociais com seu espaço e os significados produzidos socialmente na interrelação comunidades e ambiente, evidenciando a vinculação entre relações de vida e dinâmica ambiental das atividades rurais, reforça Melo e Souza (2007).

As situações específicas dos territórios mostram que há a necessidade da efetiva prática de um planejamento territorial verdadeiramente sustentável, em que a prática dos ensinamentos da conservação dos ecossistemas é relevante na busca pelo desenvolvimento endógeno, pois, o manejo dos processos ecológicos aponta para uma nova lógica de desenvolvimento ambientalmente sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, analisados a partir de sua dinâmica ambiental.

Destarte, à luz das reflexões tecidas por Melo e Souza (2009), na perspectiva de dar conta do desafio ambiental, o território se torna “uma categoria central, na medida em que comporta a tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço, o que caracteriza bem as lógicas territoriais de apropriação”.

Nesse sentido, Lopes (2009) reitera que todas as alterações apontadas no espaço e a concepção de um novo território, seja de dominação, ou de rearranjo produtivo com base no

capital disponível, leva à formação de um novo território, identificado com novas territorialidades. Sobretudo, vale ressaltar a diversidade de proposições apresentadas a respeito da conceituação de território e suas formas de materialização.

Enfim, o conceito de território envolve muitas controvérsias, devido ao grande número de estudiosos que sobre ele tem se debruçado e refletido. Tal polissemia tem engendrado as mais variadas controvérsias, mas que não altera a sua essência que é o espaço apropriado e ressignificado pelas relações de poder nas diversas esferas da sociedade. (MELO e SOUZA, 2009, p.30)

Os questionamentos sobre território e territorialidade fornecem subsídios para o debate acerca das relações que os grupos desempenham no espaço rural, bem como da construção de saberes fundamentados na experiência cotidiana e da íntima ligação com os elementos da natureza.

#### **4 Sustentabilidade e Desenvolvimento no Território Sergipano**

O estado brasileiro, depois de séculos, começou a empreender mudanças através de criação de uma infraestrutura que possibilite o trabalhador, em especial o do campo, se manter no seu espaço de trabalho, cultura e sobrevivência.

Segundo Amaral e Targino (2009, p.02):

Desde a segunda metade do século XIX, a região Nordeste atraiu a atenção do governo central seja em virtude das secas periódicas que afetam fortemente grande porção do território regional seja em razão do agravamento do seu quadro econômico face o dinamismo do processo de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil centrado espacialmente no centro-sul do país. Diante desse quadro, o Estado procurou implementar políticas que visavam ora a atenuar os efeitos dos desastres climáticos, ora a corrigir os problemas que travavam o desenvolvimento da região e ao mesmo tempo conter os conflitos que passaram a existir devido ao crescente grau de pobreza aí existente.

De acordo com VEIGA (2008, p.87), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) admite que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um ponto de partida. Recorda que o processo de desenvolvimento é muito mais amplo e mais complexo do que qualquer medida sumária conseguiria captar, mesmo quando completada com outros índices. Ou seja, o IDH não é uma medida compreensiva, pois, não inclui, por exemplo, a capacidade de participar nas decisões que afetam a vida das pessoas e de gozar do respeito dos outros na comunidade.

Desde o início da colonização, grande parte da vegetação nativa constituída no território sergipano, foi substituída por novos usos. Na atualidade, segundo Netto e Gomes (2010), Sergipe apresenta aproximadamente 5,19% do seu território com áreas decretadas como Unidade de Conservação.

Em Sergipe, são Unidades de Conservação de Proteção Integral: o Parque Nacional Serra de Itabaiana, a Reserva Biológica Santa Isabel, o Monumento Natural do Angico, o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, o Parque Natural Municipal de Lagoa do Frio, e o Parque Ecológico de Tramanday.

No caso das unidades de Uso Sustentável, encontram-se: a Floresta Nacional do Ibura, a Reserva Particular de Patrimônio Natural da Fonte da Bica, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Marinheiro e Pedra da Urca, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Bom Jardim e Tapera, RPPN de Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia, RPPN Dona Benta e Seu Caboclo, RPPN do Caju, a APA Morro do Urubu, APA do Litoral Norte, APA da Foz do Rio Vaza-Barris – Ilha do Paraíso e da Paz, APA do Rio Sergipe e a APA do Litoral Sul. Estas unidades são pertencentes às esferas: Federal, Estadual e Municipal.

Conforme discorre Silva (2012), esses espaços territoriais ainda não dispõem de mecanismos de gestão ambiental, como: plano de gestão e de manejo e zoneamento ecológico econômico, evidenciando fragilidade administrativa ao longo de quase 20 anos, cujas Unidades de Conservação estão imbuídas de consideráveis impactos

Considerando como padrão analítico os municípios pertencentes à microrregião de Estância – Estância, Itaporanga d'Ajuda, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy (Figura 2), cuja mesorregião é denominada Leste Sergipano, pode-se afirmar que as Unidades de Conservação presentes na área de estudo são: Parque Nacional Serra de Itabaiana, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Marinheiro e Pedra da Urca, a RPPN Bom Jardim e Tapera, RPPN do Caju, a APA da Foz do Rio Vaza-Barris – Ilha do Paraíso e da Paz e a APA do Litoral Sul. (Quadro 1)

Unidade de Conservação	Administração	Legislação	Municípios
APA do Litoral Sul	Estadual	Decreto nº 13.468 de 22/01/1993	Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba
RPPN Bom Jardim e Tapera	Particular	Portaria nº 102 do IBAMA 2006	Santa Luzia do Itanhy
RPPN Marinheiro e Pedra da Urça	Particular	Portaria nº 4 do IBAMA de 10/01/2007	Santa Luzia do Itanhy
Parque Nacional Serra de Itabaiana	Federal	Decreto nº 15/06/2005	Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda, Campo do Brito
APA da Foz do Rio Vaza Barris	Estadual	Lei nº 2795 de 30/03/1990	Itaporanga D'Ajuda

**Quadro 1:** Unidades de Conservação na Microrregião de Estância

**Fonte:** ADEMA, adaptado pela autora.

Em termos de dimensão territorial e importância para os municípios da microrregião de Estância, dentre as Unidades de Conservação presentes neste recorte territorial, pode-se destacar a APA do Litoral Sul, que foi criada em 1993, com o intuito de ordenar os usos e ocupação do litoral. Deve-se considerar, pois, que se trata de uma área com importante potencial turístico.

Seu território é campo de múltiplos conflitos que ocorrem pelos interesses dos atores sociais envolvidos no uso do território. O turismo não planejado, observado no litoral sul do estado de Sergipe, pode intensificar os conflitos pelo controle e uso do território e, dessa



maneira, as comunidades tradicionais residentes nessas áreas são colocadas à margem desse processo.

Os impactos provenientes de tais ações desordenadas têm contribuído para a perda da biodiversidade, visto que os recursos naturais provenientes dessas áreas necessitam de manejo correto para sua utilização sustentável.

As proposições apresentadas à luz dos conceitos de território demonstram o desafio da sustentabilidade das comunidades litorâneas ante as diferentes ameaças que circundam seus territórios de reprodução cultural. Destarte, a implementação de territórios de conservação fornecerá a proteção necessária a estes espaços, mediante a legislação vigente.

## 5 Considerações Finais

A relação homem-natureza deve estar direcionada à mudança de postura da governança institucional e acena para a necessidade de se pensar na diversidade de sociedades sustentáveis, com opções econômicas e padrões de desenvolvimento diferenciados.

Assim, é necessário atentar-se para os perigos envolvidos quando os programas governamentais não levam em conta os interesses das comunidades que vivem dentro e ao lado de áreas protegidas, pois, a continuidade da diversidade de culturas humanas é elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas, democráticas e sustentáveis.

As proposições explanadas ao longo do texto evidenciaram o debate acerca dos conceitos de sustentabilidade implicados na concepção de desenvolvimento, em uma análise que partiu do entendimento sobre território. Essa confluência de conjecturas demonstrou a importância de tal observação do território, em que se observa a necessidade eminente de revisão das políticas adotadas no processo de conservação dos ambientes naturais.

No âmbito das discussões apresentadas, compreende-se que o conjunto desses desafios nos mostra que planejar a articulação da sociedade com o meio ambiente quer dizer planejar o próprio desenvolvimento, o que supõe a ação de um Estado dotado de habilidade regulatória e vigor democrático.

Porquanto, os construtos elaborados acerca dos debates sobre a dimensão dos sistemas socioambientais sustentáveis pensados sob a ótica do território, fornecem suporte à uma abordagem transdisciplinar, em que tais reflexões de cunho conceitual poderão respaldar a atuação do cientista ambiental.

## 6 Referências

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade** - uma ruptura urgente. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

AMARAL, E.; TARGINO, I. Política de irrigação e viabilidade da pequena produção no semiárido: o caso do projeto Piancó-PB. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v.3, n.1, p.1-22, 2009.

DEAN, W. Desenvolvimentos insustentáveis. In: \_\_\_\_\_. **A ferro e fogo: história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.307-333.

DIEGUES, A. C. As populações tradicionais: conceitos e ambiguidades. In: \_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, 2008. p.77-100.

DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In:\_\_\_\_. **Ecologia humana e planejamento costeiro**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p.39-57.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAGO, A. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LOPES, E. S. A.; COSTA, J. E. (Orgs.). **Territórios rurais e agricultura familiar no nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

MELO e SOUZA, R. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

MELO e SOUZA, R. **Território, planejamento e sustentabilidade**: conceitos e práticas. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (Brasil). **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Documento Institucional nº 3. Brasília, novembro de 2005.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NETTO, A. O. A.; GOMES, L. J. (Orgs.). **Meio ambiente**: distintos olhares. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, M. S. F. **Territórios da conservação**: uma análise do potencial fitogeográfico das UC'S de uso sustentável em Sergipe. São Cristóvão, SE, 2012. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SILVA NETO, B., **Sistemas dissipativos, complexidade e desenvolvimento sustentável**: parte 1: conceitos básicos. Ijuí: UNIJUI, 2006. 48 p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **Os desafios da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.